

Seguro da sanidade citros

Expansão em uma realidade de doenças limitantes

José Sidnei Gonçalves¹
Luis Gustavo de Souza Ferreira²

A PRODUÇÃO de citros paulista apresenta um histórico de luta contra pragas e doenças limitantes desde sua implantação como atividade econômica na agropecuária paulista nos anos 1930 e, ainda assim, consiste-se em um caso de sucesso na expansão econômica.

A concretização desse consistente desempenho, numa realidade de limitações sanitárias crescentes, somente pôde ser possível com intensa pesquisa e desenvolvimento em fitossanidade realizado em terras paulistas pela interação e intercâmbio entre instituições de pesquisa científica e tecnológica e universidades. Relevante destacar a participação de organizações da produção como o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), associação com fins não econômicos, criada em 1977 pelos citricultores e as agroindústrias processadoras de suco.

A defesa sanitária vegetal é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em colaboração com os governos estaduais e empresas do setor privado. As normas básicas vêm dispostas no Decreto 24.114 de 12 de abril de 1934, complementado por portarias que estabelecem os critérios de erradicação do cancro cítrico. Com essa necessidade de ordenamento fitossanitário, estabeleceu-se a parceria entre o governo federal, o governo paulista e a Fundecitrus para fiscalização, erradicação e controle de moléstias dos citros no estado de São Paulo.

Mas, por meio de instrumentos de gerenciamento de riscos, há que inovar nesse processo. Um dos instrumentos importantes para a gestão de riscos no

campo consiste no seguro rural. Como forma de instrumentalizar o produtor da citricultura quanto aos riscos da infecção no pomar, além do tradicional seguro da produção, que cobre possíveis efeitos adversos sobre a colheita, mostra-se estratégico pensar em um seguro do patrimônio citrícola representado pelo pomar. Para isso seria fornecida cobertura securitária por doenças a custos acessíveis.

Um dos instrumentos que permitem a acessibilidade do citricultor à aquisição da cobertura securitária consiste na possibilidade de acesso à subvenção ao prêmio do seguro, de forma a tornar atrativa a contratação ao diminuir os custos da operação.

Na atual estrutura brasileira de políticas de seguro rural, o governo federal subvenciona 40% do valor do prêmio do seguro contratado até o limite de R\$ 96 mil por pessoa física ou jurídica. O governo paulista subvenciona 50% do saldo sobre o prêmio de seguro não coberto pela política federal até R\$ 24 mil por tomador. A possibilidade de obter ambas as subvenções leva aos custos muito baixos dessas políticas.

Ainda assim, no ano de 2009, com a crise no mercado de laranja – em função da crise mundial – observou-se o recuo da demanda de sucos cítricos do preço do mercado *spot* (sem contrato de fornecimento) recebido pelos citricultores.

Esse preço situou-se abaixo do custo de produção, o que provoca maior preocupação quanto à manutenção do patrimônio representado pelos pomares, agora submetidos aos cuidados apenas básicos em uma realidade de irradiação de doenças

e pragas limitantes. A realidade conjuntural da economia da produção de citros tornou inviável o pagamento do prêmio de seguro por parte do citricultor.

Seguro da sanidade do pomar e segurança patrimonial

Ao ter a visão do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap) como um laboratório para pensar e estruturar novos instrumentos de política setorial, a Comissão Técnica de Seguro Rural, criada pela Resolução SAA nº 47 de 1 de julho de 2009, analisando as modalidades de seguro agropecuário, houve por bem propor essa modalidade, pioneira em termos nacionais, como instrumento para assegurar a estabilidade de renda no campo e maior controle fitossanitário em seus pomares. Trata-se de associar instrumentos econômicos a intervenções técnicas da SAA, no caso a defesa agropecuária na erradicação de problemas fitossanitários limitantes. Isso torna efetiva a ação construtora da saúde dos pomares.

Essa modalidade de subvenção, inserida no projeto do seguro fitossanitário, corresponde a uma importante ferramenta contra as doenças epidêmicas combatidas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo, na medida em que envolve a erradicação de plantas e, por vezes, de pomares infestados inteiros, levando a enormes perdas patrimoniais e dificuldades de recuperação econômica dos produtores. Daí a necessidade de maior segurança patrimonial no caso dos pomares, permitindo a permanência dos pequenos e médios produtores na produção de citros.

Mas há a óptica estrutural, dado que os pequenos e médios produtores de citros representam 90% (19,2 mil produtores) das propriedades e 60% da produção estadual. A ação visa a incluir a subvenção para apólices contratadas com coberturas para doenças epidêmicas combatidas pela CDA, utilizando assim o seguro como ferramenta eficaz de combate a doença, eliminando a resistência do citricultor nas erradicações e minimizando seus pre-

juízos. Trata-se de modalidade inovadora de subvenção a seguro patrimonial, que pode ser associada a outras intervenções públicas envolvendo plantas perenes e rebanhos, como, para ficar no campo da sanidade, as imperativas ações de erradicação de moléstias limitantes como a febre aftosa bovina.

Para tanto, foi aprovado o Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro da Sanidade do Pomar Citrícola que conta com o emprego de recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap).

A inovação instrumental relevante deste projeto consiste em dar operacionalidade tempestiva às ações de defesa sanitária que, na maioria das vezes, exigem

soluções imediatas sob pena de ocorrer um crescimento da abrangência do foco detectado. Isto é, a demora na maioria das vezes provoca aumento significativo da magnitude das perdas.

Numa realidade econômica em que a regulação estatal da qualidade de produtos e processos se mostra imperiosa para a competitividade setorial, os desenhos de políticas públicas, em especial as de cunho sanitário, necessitam da criação de mecanismos que possam elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade das medidas. A subvenção econômica configura, nesse caso, uma decisão de Estado na consolidação de formas de garantia de patrimônio privado, mas que atende aos interesses de toda a sociedade.

A concessão dessa subvenção econômica implica a criação de uma nova conta orçamentária cada vez mais necessária para a realização das políticas setoriais. Sem essa alocação de recursos não apenas haveria o constrangimento da imposição de novos custos à produção agropecuária como o fato seria obstáculo à plena irradiação dos novos desenhos de políticas regulatórias.

No caso Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro da Sanidade do Pomar Citrícola, todo o valor do prêmio do seguro patrimonial será arcado por recursos governamentais. Será buscada a abrangência plena da medida no tocante aos pomares. Mas o acesso a essa subvenção implica o compromisso de adoção das boas práticas produtivas, em especial as de cunho sanitário, o que induz mudança comportamental e abre espaço para auditorias dos executores das políticas de defesa sanitária.

Por outro ângulo, a medida abre caminho para que se avance nas certificações sanitárias de propriedades rurais, como atributo de origem aceito pelos mercados externos mais exigentes – como no caso das propriedades pecuárias brasileiras que se submetem a crivos rígidos para que se obtenha permissão para a carne entrar no mercado europeu.

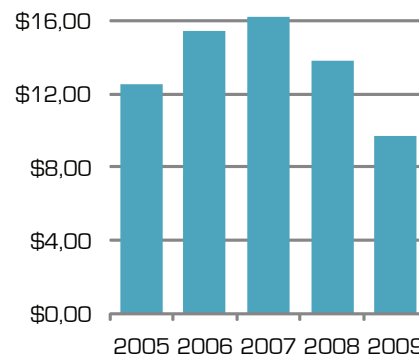
Assim, a subvenção econômica do prêmio do seguro da sanidade do pomar de

Preço da caixa de laranja para indústria recebido pelo produtor SP



Fonte: IEA. Deflacionado pelo IGP-IG – R\$ de out./2009.

Preço da caixa de laranja para mesa recebido pelo produtor SP



Fonte: IEA. Deflacionado pelo IGP-IG – R\$ de out./2009..

citros, pela sua concepção pioneira, alarga as fronteiras dos instrumentos das políticas públicas para agricultura. A segurança produtiva consiste-se em um dos elementos que forjam as expectativas como precursoras das decisões de investimento. Em suma, no caso paulista, trilha-se por caminhos novos na edificação da nova política setorial para a agricultura. ■

1. Engenheiro agrônomo, doutor em Ciências Econômicas, pesquisador científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. (e-mail sydy@iea.sp.gov.br)

2. Engenheiro agrônomo, técnico de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do IEA e assessor técnico do Gabinete da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (e-mail luisferreira@sp.gov.br)

Sobre o Projeto

Por meio do Decreto nº 54.962, de 28 de outubro de 2009, foi aprovado o Projeto Estadual de Subvenção do Prêmio de Seguro da Sanidade do Pomar Citrícola – Ano de 2009.

Principais objetivos:

I - garantir ao segurado cobertura das perdas no pomar citrícola decorrentes da contaminação pelas bactérias *Xanthomonas axonopodis pv.citri* (cancro cítrico) e *Candidatus liberibacter spp* (greening);

II - proporcionar aos segurados um instrumento de gerenciamento econômico de riscos do impacto a sanidade de seus pomares;

III - estruturar um mecanismo de sustentação produtiva do segurado, possibilitando maior estabilidade econômica e social diante de possíveis perigos de natureza fitossanitária;

IV - ampliar o rol de modalidades de seguro disponível para o empreendedor agropecuário buscando construir um arco de instrumentos de gerenciamento dos riscos que afetam a produção;

V - gerar maior universalidade às operações de seguro aplicáveis à produção agropecuária como mecanismo construtor da estabilidade de renda.